



PROPOSTAS

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL

27 DE MAIO DE 2014

REDITUS - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Assembleia Geral de 27 de Maio de 2014

3º Ponto da Ordem de Trabalhos

Proposta de Aplicação de Resultados de 2013

No exercício de 2013 apurou-se um resultado líquido consolidado de € 460.450 (quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta euros).

Em termos individuais, a Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA registou no exercício de 2013 um resultado líquido de € 103.594 (cento e três mil, quinhentos e noventa e quatro euros), propondo o Conselho de Administração que o mesmo seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 12 de Maio de 2014.

O Conselho de Administração

REDITUS - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Assembleia Geral de 27 de Maio de 2014

5º Ponto da Ordem de Trabalhos

Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Mesa da Assembleia Geral e da Comissão de Remunerações para o triénio 2014-2016

Os Acionistas abaixo indicados propõem à Assembleia Geral que proceda à eleição das seguintes individualidades para os Órgãos Sociais para o triénio de 2014-2016:

Assembleia Geral

Presidente: Dr. Diogo Campos Barradas Lacerda Machado

Vice-Presidente: D. Francisco Xavier Damiano de Bragança van Uden

Secretário: Dra. Maria Isabel Saraiva Rodrigues Abrantes Gonçalves

Conselho de Administração

Eng. Miguel Maria de Sá Pais do Amaral

Eng. António Maria de Mello Silva César e Menezes

Eng. José António da Costa Limão Gatta

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Dr. Rui Miguel de Freitas e Lamego Ferreira

Dr. José Manuel Marques da Silva Lemos

Eng. Francisco José Martins Santana Ramos

Dr. Helder Filipe Ribeiro Matos Pereira

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Dr. Vicente Andrade e Sousa Moreira Rato

Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Rui António Gomes do Nascimento Barreira

Vogal: Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis

Vogal: José Maria Franco O' Neill

Suplente: Dr. Pedro Xavier de Barros Serra Marques Guedes

Mais propõem os Acionistas abaixo indicados a seguinte composição da Comissão de Remunerações a que se refere o nº 1 do Artigo 18º do Contrato de Sociedade.

Comissão de Remunerações

Dr. Diogo Campos Barradas Lacerda Machado

Dr. Rui António Gomes do Nascimento Barreira

Professor Doutor Avelino Miguel da Mota Pina e Cunha

Lisboa, 12 de Maio de 2014.

Os acionistas,

Courical Holding B.V

Lisorta - Estufas e Assistência Técnica, Lda.

Elaio - SGPS, SA

Inventum – SGPS, Lda.

REDITUS - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Assembleia Geral de 27 de Maio de 2014

6º Ponto da Ordem de Trabalhos

Eleição do Revisor Oficial de Contas efetivo e suplente para o triénio 2014-2016

CONSIDERANDO QUE:

I – Nos termos dos artigos 278º, nº 1, a) e 413º, nº1 b) e nº 2 do Código das Sociedades Comerciais, a fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a um Revisor Oficial de Contas ou a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que não seja membro daquele órgão;

II – Compete ao Conselho Fiscal, nos termos do artigo 420º, nº 2, b), propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas.

O Conselho Fiscal em exercício da Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, e no pressuposto de que será reeleito para o triénio de 2014-2016 ao abrigo do ponto anterior da Ordem de Trabalhos, propõe à Assembleia Geral que eleja para Revisor Oficial de Contas, e respetivo Suplente, para o triénio de 2014-2016:

ROC Efetivo: BDO & Associados – SROC, representada por Dr. José Martinho Soares Barroso, ROC nº 724, com escritório em Lisboa, na Av. da República, 52 - 9º.

Suplente: Dr. Gonçalo Raposo Cruz, ROC nº 1189, com escritório em Lisboa, na Av. da República, 52 - 9º.

Lisboa, 12 de Maio de 2014.

O Conselho Fiscal,

Dr. Rui António Gomes do Nascimento Barreira

Eng. Alfredo Francisco Aranha Salema Reis

Dr. José Maria Franco O' Neill

REDITUS - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA

Assembleia Geral de 27 de Maio de 2014

8º Ponto da Ordem de Trabalhos

Deliberar sobre a aquisição e alienação de ações próprias

Considerando:

I - O regime legal que disciplina a aquisição e a alienação de ações próprias por sociedades anónimas; II - A conveniência de a Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Reditus”) ficar habilitada a exercer, nos termos legais, as faculdades inerentes, neste domínio, a tal tipo de operações;

III - Que o mesmo interesse existe também no que respeita a sociedades dependentes, as quais poderão vir a estar até vinculadas, designadamente, nos termos da emissão própria de títulos, a adquirir ou a alienar ações da sociedade-mãe o que, sem prejuízo do disposto no nº 3 do art. 319º do Código das Sociedades Comerciais, se torna também conveniente prever,

O Conselho de Administração da Reditus propõe aos Senhores Acionistas que:

1. Seja deliberado aprovar a aquisição pela Reditus, ou por quaisquer sociedades dependentes, atuais ou futuras, de ações próprias, sujeita a decisão do órgão de administração da sociedade adquirente, nos termos seguintes:
 - a) **Número máximo de ações a adquirir:** Até ao limite correspondente a 10% do capital social, deduzidas as alienações entretanto efetuadas, e sem prejuízo da quantidade que seja exigida pelo cumprimento de obrigações da sociedade adquirente decorrentes da lei, de contrato ou de emissão de títulos, e com sujeição, se for o caso, a alienação subsequente, nos termos legais, das ações que excedam o supra mencionado limite;
 - b) **Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada:** Dezoito meses contados da data da aprovação da presente deliberação;
 - c) **Formas de aquisição:** Aquisição onerosa em qualquer modalidade permitida por lei, com respeito do princípio da igualdade dos acionistas legalmente previsto, a efetuar em qualquer mercado regulamentado em que as ações representativas do capital social da Reditus se encontrem admitidas à negociação, ou fora de mercado com entidades a designar pelo Conselho de Administração, ou aquisição, a qualquer título, para ou por efeito de cumprimento de obrigação decorrente da lei ou de contrato ou ainda para conversão ou troca de títulos convertíveis ou permutáveis emitidos pela Reditus ou por sociedade dependente nos termos das respetivas condições de emissão ou nos termos de contratos celebrados com relação a tal conversão;
 - d) **Contrapartidas mínima e máxima das aquisições:** O preço de aquisição onerosa deverá conter-se num intervalo de 15% para menos e para mais relativamente à cotação média das

ações a adquirir na Euronext Lisbon durante a semana imediatamente anterior à aquisição, ou corresponder ao preço de aquisição que vier a resultar dos termos de emissão a efetuar pela Reditus ou por sociedade dependente de títulos convertíveis em ações da sociedade-mãe ou permutáveis por ações dessa mesma sociedade, ou nos termos de contratos que vierem a ser celebrados com relação a tais conversões ou permutas;

- e) **Momento da aquisição:** A determinar pelo órgão de administração da sociedade adquirente, tendo em conta a situação do mercado de títulos e a conveniência ou obrigações da sociedade adquirente, da Reditus, ou de outra sociedade dependente, efetuando-se, por uma ou mais vezes, nas proporções, termos e condições que, no respeito da deliberação da assembleia geral, o referido órgão vier a fixar.
2. Seja deliberado aprovar a alienação de ações próprias que hajam sido adquiridas, sujeita a decisão do órgão de administração da sociedade alienante, e nos seguintes termos:
- a) **Número mínimo de ações a alienar:** o correspondente ao lote mínimo que no momento da alienação for fixado pelo Conselho de Administração nos termos legais aplicáveis, ou número inferior suficiente para cumprir obrigações assumidas pela sociedade alienante quando a alienação se faça com vista a tal cumprimento;
 - b) **Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada:** Dezoito meses contados da data da presente deliberação;
 - c) **Modalidade de alienação:** alienação onerosa em qualquer modalidade permitida por lei, nomeadamente por venda ou permuta, com respeito do princípio da igualdade dos acionistas legalmente vigente, a efetuar em qualquer mercado regulamentado em que as ações representativas do capital social da Reditus se encontrem admitidas à negociação, ou fora de mercado com entidades a designar pelo Conselho de Administração da Reditus e, sem prejuízo de ser efetuada em conformidade com os termos e condições dos contratos relacionados com a emissão de títulos, quando se trate de alienação em cumprimento de obrigação ou decorrente de emissão de outros títulos pela Reditus ou por sociedade dependente;
 - d) **Preço mínimo:** contrapartida não inferior em mais de 15% à cotação média na Euronext Lisbon das ações a alienar durante a semana imediatamente anterior à alienação, ou correspondente ao preço que vier a ser fixado e, por isso, resultar dos termos e condições de emissão de outros títulos, nomeadamente, de títulos convertíveis ou permutáveis, ou de contrato celebrado em relação a tal emissão, conversão ou permuta, se se tratar de alienação delas decorrentes;
 - e) **Momento da alienação:** a determinar pelo órgão de administração da sociedade alienante, tendo em conta a situação do mercado de títulos e as conveniências ou obrigações da

sociedade alienante, da Reditus ou de sociedade dela dependente, e, efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que aquele órgão de administração fixar.

3. Contratos de liquidez

As aquisições e alienações podem ser feitas através de contratos de liquidez celebrados ou a celebrar nos termos da lei, respeitando os mesmos, as condições estabelecidas na presente proposta.

Lisboa, 12 de Maio de 2014.

O Conselho de Administração

REDITUS - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA
Assembleia Geral de 27 de Maio de 2014
9º Ponto da Ordem de Trabalhos
Deliberar sobre a aquisição e a alienação de obrigações próprias

Considerando:

II - A conveniência de a Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Reditus”), e as sociedades destas dependentes ficarem habilitadas a exercer, nos termos legais, as faculdades inerentes às operações relativas a obrigações próprias;

II – As características das obrigações que podem ser emitidas pela Reditus,

O Conselho de Administração da Reditus propõe aos Senhores Acionistas que:

1. Seja deliberado aprovar, em qualquer caso em que tal aprovação seja legalmente exigível, e sujeita a decisão do órgão de administração, a aquisição pela Reditus, ou por quaisquer sociedades dependentes, atuais ou futuras, de obrigações próprias, já emitidas ou a emitir, em qualquer das suas modalidades, nos termos seguintes:

a) Número máximo de obrigações a adquirir: Até ao total de obrigações de cada emissão realizada;

b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada: Dezoito meses contados da data da aprovação da presente deliberação;

c) Formas de aquisição: Aquisição onerosa em qualquer modalidade permitida por lei, a efetuar em qualquer mercado regulamentado em que as obrigações se encontrem admitidas à negociação, ou fora de mercado, com recurso ou não a intermediários financeiros, para além dos casos de conversão, quando se trate de obrigações convertíveis;

d) Contrapartidas mínimas e máxima das aquisições: O preço de aquisição onerosa deverá conter-se num intervalo de 15% para menos e para mais relativamente à cotação média das obrigações a adquirir na bolsa de valores em que se efetuar a aquisição, durante a semana imediatamente anterior à aquisição;

Caso a emissão não esteja cotada na Euronext Lisbon, o mencionado intervalo de 15% para mais ou para menos aferir-se-á relativamente aos valores publicados por entidade com reputação internacional no mercado de obrigações;

Caso a emissão não esteja referenciada nos termos do parágrafo anterior, o intervalo de 15% para mais ou para menos aferir-se-á relativamente ao valor indicado por consultor independente e qualificado, ou por intermediário financeiro indicado pelo Conselho de Administração,

Caso a aquisição seja efetuada em conexão ou em execução de condições de emissão de outros títulos, ou de contrato relacionado com tal emissão, o preço será o que resultar dessas condições.

- e) **Momento da aquisição:** A determinar pelo órgão de administração, tendo em conta a situação do mercado e a conveniência ou os deveres as obrigações decorrentes da lei, de contrato ou da emissão de outros títulos que conduzam à aquisição, efetuando-se, por uma ou mais vezes, nas proporções, que o órgão de administração vier a fixar.
2. Seja deliberado aprovar, com ressalva dos casos de conversão ou amortização e da competência própria do órgão de administração, a alienação pela Reditus, ou por quaisquer sociedades dependentes, atuais ou futuras, de obrigações próprias que hajam, designadamente, sido adquiridas, sujeita a decisão do órgão de administração, e nos seguintes termos:
- a) **Número mínimo de obrigações a alienar:** o correspondente ao número inferior suficiente para cumprir obrigações da sociedade alienante, decorrentes da lei, de contrato, de emissão de outros títulos ou de deliberação do conselho de administração;
- b) **Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada:** Dezoito meses contados da data da presente deliberação;
- c) **Modalidade de alienação:** alienação onerosa em qualquer modalidade permitida por lei, nomeadamente por venda ou permuta, com respeito, no caso de se tratar de obrigações convertíveis em ações, do princípio da igualdade dos acionistas legalmente vigente, a efetuar em qualquer mercado regulamentado em que as obrigações se encontrem admitidas à negociação, ou fora de mercado, com entidades a designar pelo Conselho de Administração e, sem prejuízo de ser efetuada para cumprir obrigações da sociedade alienante, decorrentes da lei, de emissão de outros títulos ou de contrato, nomeadamente contrato relacionado com emissão de títulos convertíveis ou permutáveis ou com a respetiva conversão;
- d) **Preço mínimo:** contrapartida não inferior em mais de 15% aos valores de referência previstos na alínea d), do número 1 desta proposta, consoante aplicável, ou o preço que vier a ser fixado e, por isso, resultar dos termos e condições de emissão de outros títulos, nomeadamente, de títulos convertíveis, ou de contrato celebrado em relação a tal emissão, conversão ou permuta, caso se trate de alienação delas decorrente;
- e) **Momento da alienação:** a determinar pelo órgão de administração da sociedade alienante, tendo em conta a situação do mercado e as conveniências ou obrigações da sociedade, e, efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que aquele órgão de administração fixar.

Lisboa, 12 de Maio de 2014.

O Conselho de Administração